



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 11 de Dezembro de 2019

Debate: precatório deve ser usado para pagar professor

Convidados de audiência criticaram a proibição pelo Tribunal de Contas da União do uso dos títulos de crédito do antigo Fundef e consideraram legítima a contestação judicial desse entendimento

A PROIBIÇÃO DO uso dos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) para pagamento de salários de professores, determinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), foi criticada ontem em audiência na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC) pelos debatedores, que consideram legítima a contestação judicial desse entendimento.

O Fundef vigorou de 1996 a 2006 e é o antecessor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ressaltou que a lei que criou o Fundeb (Lei 11.464, de 2007) destina pelo menos 60% dos recursos para o pagamento dos professores.

Para o deputado JHC (PSB-AL), os órgãos de controle foram movidos por inobservância da intenção que embasa o fundo. A professora de São Luís do Quitunde (AL) Sofia



Senador Rodrigo Cunha (C) comanda audiência sobre uso do Fundef

Costa, desafiou o TCU a atacar todas as “artimanhas” no investimento em escolas envolvendo obras superfaturadas e desvio de verbas.

Representando o Ministério da Educação, Fábio Ibiapina ratificou o entendimento do TCU, mas disse que os acordos homologados no Judiciário permitindo a vinculação dos precatórios ao pagamento dos salários podem ser declarados e fiscalizados.

Representando o Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Flávio Carlos Pereira considerou adequados os esforços legislativos para pacificar a questão e evitar o recurso ao Judiciário. Secretária de Controle Externo da Educação do TCU, Vanessa de Lima disse que o entendimento do tribunal foi técnico e não representa um confronto de classes. Ela lembrou que a vedação da vinculação deverá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Weintraub será convidado a explicar impacto da PEC do Pacto Federativo

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o pedido do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) para que seja realizada uma audiência pública sobre a PEC do Pacto Federativo (PEC 188/2019). O convidado da audiência é o ministro da Educação, Abraham Weintraub, que deverá falar sobre o impacto da PEC no setor da educação.

Além de medidas relacionadas à distribuição dos recursos arrecadados entre os entes federativos, a PEC unifica os mínimos constitucionais para os setores de saúde e educação. Hoje os estados são obrigados a aplicar 25% da receita proveniente de impostos e de transferências na educação, e pelo menos 12% na saúde. Já nos municípios, a educação também recebe 25%, e a saúde, 15%. Com a unificação proposta na PEC, os estados seriam obrigados a aplicar no mínimo 37% nas duas áreas conjuntamente, e os municípios, 40%.

A PEC determina o repasse integral do salário-educação, hoje em torno de R\$ 9,3 bilhões, para estados e municípios. E prevê a compra de

vagas em escolas privadas para alunos carentes, na eventualidade de não haver vagas em escolas públicas próximas da casa do estudante. A data da audiência com Weintraub será definida com o ministro.

Também a pedido de Izalci, a CE deve realizar uma audiência sobre o projeto que propõe validar diplomas de educação superior expedidos irregularmente por faculdades que ofereceram cursos não credenciados pelo Ministério da Educação. Izalci é crítico do PL 2.992/2019, de Eduardo Gomes (MDB-TO).

— A PM de Goiás identificou mais de 10 mil diplomas falsos apresentados por candidatos no mais recente concurso que fizeram. Já a Secretaria de Saúde do DF identificou outros 20 mil. Ou seja, só aqui em Brasília e Goiás são pelo menos 30 mil diplomas falsos. Como vamos convalidar isso tudo? Não faz sentido. Conversei com o autor do projeto e sei que é bem intencionado, foi apresentado a pedido de universidades de ensino a distância. Mas o tema é delicado. Ou nós rejeitamos o projeto, ou o alteramos profundamente.

Falta de educação

ZUENIR VENTURA

A última do ministro da Educação, Abraham Weintraub, — ou penúltima — é, pra variar, uma fake news. Ele postou no Twitter que este ano não haveria o tradicional show de fim de ano de Roberto Carlos na Globo: “É o primeiro ano que o rei se livra do mico dos Marinho”, comemorou. Só que o especial está confirmadíssimo para o próximo dia 20. Aliás, já está até gravado.

Antes ele fez pior. Também sem apresentar provas, disparou acusações de que universidades federais estariam cultivando maconha: “Não são três pés, são plantações extensivas a ponto de ter borrifador de agrotóxicos”. E, mais, haveria também “produção de drogas sintéticas em laboratórios de química”.

Os reitores repudiaram as acusações, e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) entrou na Justiça para exigir que o ministro “preste esclarecimentos e informações sobre as provas que ampararam suas declarações”. A interpelação foi protocolada na 9ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal e ressalta “o teor depreciativo em relação às

universidades federais e a seus reitores”.

Ao mesmo tempo, enquanto o gestor da pasta estava ocupado com shows musicais, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) acabava de revelar que, no ranking mundial, o Brasil está entre os 20 piores colocados em Matemática, Leitura e Ciências.

Em vez de alardear que não tem nada com isso, que a culpa é dos petistas, seria melhor que apresentasse propostas para melhorar a qualidade do ensino, que continua péssima. Já era com o antecessor, o colombiano naturalizado Ricardo Vélez, que durou três meses no cargo.

Entre as várias polêmicas de sua rápida gestão está a carta que enviou aos diretores de escolas determinando que filmassem os alunos cantando o Hino Nacional e repetindo o slogan eleitoral: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Diante da repercussão negativa, ele pediu desculpas e voltou atrás.

“Saudades de Vélez”, dizem muitos com ironia. Ele também era tosco, mas não fabricava fake news.

MEC lança diploma digital para combater falsificação e diminuir espera

FELIPE MOURA* felipe.moura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA *Estagiário, sob supervisão de Amanda Almeida

O Ministério da Educação (MEC) lançou, ontem, um programa para emissão digital de diplomas de nível superior. O projeto será destinado às instituições públicas e privadas, até o fim de 2021. A partir de janeiro de 2022, todas as instituições deverão emitir o diploma de graduação digital em substituição ao papel tradicional.

De acordo com a pasta, a alteração vai diminuir o tempo de espera dos alunos pelo documento, que estará disponível em menos de 15 dias. Apenas com a adesão das federais, a economia prevista é de R\$ 48 milhões ao ano.

—O diploma visa garantir a

simplificação. Hoje, o processo é muito moroso, os mais simples demoram 120 dias e, às vezes, esses prazos não são respeitados. A qualquer tempo o aluno poderá ter o diploma no celular ou no computador — disse o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima.

Ainda segundo Lima, a medida vai combater a falsificação de diplomas, pois a transmissão dos dados será garantida pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

De acordo com o MEC, a emissão digital do diploma vai eliminar etapas como coleta de dados e assinatura, impressão e deslocamento do aluno até a instituição para ter o documento, que poderá ser acessado pelo computador ou celular a partir do site da instituição. Segundo a pasta, o custo do diploma físico é de R\$ 390,26 por estudante, e será reduzido para R\$ 85,15.

Reforma à paulista

A despeito de manter suas contas em razoável equilíbrio, ou talvez por causa disso, o governo paulista tardou, ao longo de mais de duas décadas de hegemonia do PSDB, em promover uma reforma da Previdência de seus servidores.

A gestão do também tucano João Doria, que hoje tenta levar adiante um projeto de mudança das regras estaduais de aposentadoria, sofre as consequências orçamentárias dessa demora, além da feroz resistência das corporações.

Nos últimos anos, as despesas com o pagamento de inativos, incluindo as de caráter administrativo, superaram o montante destinado ao ensino público — numa gritante inversão de prioridades.

Em 2018, a Previdência consumiu R\$ 36,1 bilhões, ou 17% do Orçamento paulista. Em 2010, essa proporção, que cresce continuamente, ficava nos 12%. O resultado é a redução de recursos disponíveis para outras finalidades, em especial obras de infraestrutura.

Nos cálculos do governo estadual, os gastos com os 550 mil aposentados e pensionistas vão superar dentro de três anos a folha salarial do pessoal ativo. O custo do regime — isto é, a parcela não coberta pelas contribuições dos servidores — ronda os R\$ 30 bilhões.

Diante de tais números, a reforma proposta por Doria busca elevar a contribuição previdenciária de 11% para 14%, medida já adotada por diversos entes federativos, incluindo a Prefeitura de São Paulo.

Prevê-se ainda idade mínima de 62 anos, para mulheres, e 65, para homens, conforme as diretrizes aprovadas pelo Congresso Nacional para os funcionários

civis federais e os trabalhadores da iniciativa privada. No estado, as idades exigidas atualmente são 55 (mulheres) e 60 (homens).

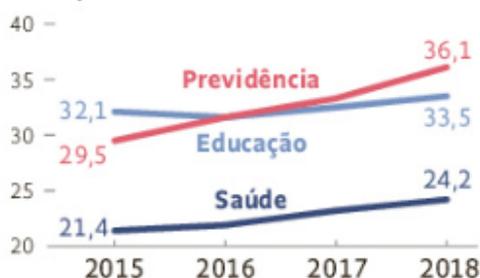
O confronto com as corporações estatais, que governos anteriores adiaram, ocorre com intensidade agora, em sessões conturbadas da Assembleia Legislativa. No lance mais recente, a oposição obteve liminar judicial para suspender a tramitação do projeto.

Os parlamentares poderão, decerto, alterar pontos tidos como mais draconianos do texto. Entretanto dificilmente será possível escapar da tarefa de redesenhar as normas — e não apenas porque a legislação federal já prevê sanções para os governos regionais que não o fizerem até julho de 2020.

As restrições orçamentárias são crescentes e incontornáveis. Não enfrentá-las significará, cedo ou tarde, a derrocada de serviços públicos essenciais em educação, saúde, segurança e transporte.

Principais despesas do governo paulista

Em R\$ bilhões



Obs.: Inclui despesas administrativas
Fonte: Governo de São Paulo

Viés de ranqueamento

HÉLIO SCHWARTSMAN

A mídia foi mais ou menos unânime em anunciar os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2018 destacando o fato de que o Brasil perdeu uma posição. Passou do 78º para o 79º lugar entre os 189 países e territórios avaliados pela ONU.

Isso é um fato e eu não sou do governo para brigar com fatos. Receio, contudo, que tenhamos aqui sido vítimas do viés de ranqueamento, que é a propensão humana a colocar em formato de ranking tudo aquilo que tem expressão quantitativa.

Não estou dizendo que rankings nunca façam sentido. Eles são uma exigência lógica em muitas situações. O problema com o IDH é que ele não é uma corrida. Se algum país que estava abaixo do Brasil melhorou mais que nós, só nos resta parabenizá-lo —e sinceramente, já que sua conquista em nada nos prejudica.

O procedimento mais correto com o IDH seria apresentar a evolução do indicador de cada país ao longo do tempo. Nessa métrica, o índice do Brasil de 2018 foi de

0,761, um crescimento de 0,001 em relação a 2017. Houve, portanto, melhora. O que preocupa é que nossos avanços têm sido homeopáticos, quando precisaríamos que fossem muito maiores.

A introdução do IDH, nos anos 90, foi importante para reduzir o peso excessivo que se dava à economia

—o principal indicador que se usava então era o PIB per capita— e incluir outras dimensões. O IDH leva em conta, além do PIB, expectativa de vida e educação.

Ao legitimar o uso de outras dimensões, porém, o IDH abriu uma caixa de Pandora. Por que se limitar a economia, saúde e educação? O próprio IDH tem uma variante que considera a desigualdade. Críticos lamentam que ele ignore outros itens relevantes, como ambiente e felicidade.

Se ampliarmos demais a lista das coisas que valeria a pena medir num índice, logo chegaríamos ao paradoxo borgiano do mapa tão perfeito que tinha o tamanho exato do império e coincidia com ele ponto por ponto.

Universidades terão até 2021 para ter diploma digital

BRASÍLIA As instituições de ensino superior do país terão até o fim de 2021 para se adequarem ao processo de emissão de diplomas digitais. Os documentos físicos poderão continuar a ser fornecidos. O MEC (Ministério da Educação) trabalha nas adequações das regras desde 2018, ainda no governo Michel Temer (MDB).

Em março, já sob Jair Bolsonaro, a pasta regulamentou a medida em portaria. Nesta terça (10), anunciou uma nova

portaria, ainda não publicada, que trará padrões de segurança e requisitos de informação.

A adequação seria contada a partir de março, mas, agora, ganhou novo prazo — que se encerra em dezembro de 2021.

A versão digital deverá ser semelhante ao diploma de papel e poderá ser acessada também pelo celular, segundo o MEC. A validação das informações deverá ser feita por um código alfanumérico e um QR code.

Está previsto um processo

de certificação digital, com segurança de dados assegurada pelo ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação). A validade e segurança devem ser padronizadas pelo ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira), com assinatura digital.

De acordo com o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, a iniciativa trará mais segurança contra fraudes além de reduzir o tempo de emissão.





AUFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) desenvolveu neste ano um projeto-piloto para testar os processos de adequação. Neste trabalho, concluiu-se que o custo de emissão no novo formato fica em R\$ 85,12, ao passo que no sistema físico custa R\$ 390,26.

Além disso, um diploma físico leva cerca de 90 dias para ser emitido. Esse prazo pode cair para 15 dias.

Não há previsão, entretanto, de investimentos do MEC para a adequação de infraestrutura tecnológica.

Secretário do MEC é sócio de dono de site ‘olavista’

Ministério informa que, apesar da sociedade com Alcântara Junior, Carlos Nadalim não participa do ‘Brasil Sem Medo’

Isabela Palhares

O secretário de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC) é sócio do dono do site Brasil Sem Medo, lançado na quinta-feira passada pelo escritor e “guru” bolsonarista Olavo de Carvalho e anunciado como o “maior jornal conservador da internet brasileira”. Carlos Francisco Nadalim é o último remanescente das indicações de Olavo no MEC.

Na página há a informação de que o Brasil Sem Medo é de propriedade de Arno Alcântara Júnior, sócio de Nadalim desde 2014 na empresa Alcântara e Nadalim Cursos On-Line Ltda. Ao Estado, Alcântara confirmou ser dono do site e sócio do secretário, mas disse que Nadalim não participa da administração do Brasil Sem Medo.

Os dois foram alunos do curso online de Filosofia ministrado por Olavo. A empresa que abriram em conjunto tem diversos produtos, sendo o principal deles uma

plataforma para a criação de cursos online – o mais famoso é feito por Nadalim. Chamado de Como Educar seus Filhos, o curso teve grande aprovação entre entusiastas do ensino domiciliar e defensores do método fônico de alfabetização. A difusão desse modelo de ensino tem sido a principal bandeira do secretário Nadalim desde que chegou ao MEC.

Em nota, o MEC afirma que Nadalim encerrou uma sociedade para assumir o cargo, mas não especificou o nome da empresa. O ministério disse ainda que o secretário não é sócio de Alcântara Júnior no Brasil Sem Medo e não tem “qualquer ligação ou participação” no site.

Até a sexta-feira passada, o Brasil Sem Medo mantinha a informação de que o site é de propriedade de Alcântara Júnior. A empresa com o nome dos dois, Alcântara e Nadalim, continua com cadastro ativo nos sistemas da Receita Federal e da Junta Comercial do Paraná. O secretário tenta, desde fevereiro, se desligar do quadro societário da empresa e chegou a recorrer à Justiça, mas ainda não há uma decisão.

O MEC não quis comentar sobre os documentos em que os dois constam como sócios e sobre o processo de dissolução da empresa. A pasta informou apenas que Nadalim “tomou conhecimento da abertura do site (Brasil Sem Medo)” um dia antes do lançamento.

Alcântara Júnior informou que, apesar de ser o dono do Brasil Sem Medo, quem responde por ele é o diretor executivo, Silvio Grimaldo, que também ocupou cargo no MEC como auxiliar do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

Também indicado por Olavo, Grimaldo pediu demissão ainda em março, após o escritor postar nas redes sociais uma recomendação aos seus alunos que ocupavam cargos no governo a “abandoná-los o mais cedo possível e voltar à sua vida de estudos”. À época do pedido de demissão, os “olavistas” foram apontados como os responsáveis pelo envio de uma carta às escolas brasileiras para que filmassem os alunos cantando o Hino Nacional e lendo o slogan de campanha de Bolsonaro.

Diploma digital substitui de papel

A fim de diminuir gastos com impressão nas universidades e faculdades públicas e particulares, o Ministério da Educação (MEC) lançou ontem o diploma digital. A nova certificação de conclusão de curso de ensino superior deve ser implantada em todo o país até o final de 2021, todos os diplomas impressos já emitidos poderão ter suas versões virtuais. Mas, neste primeiro momento, somente os diplomas de graduação serão na nova versão.

Segundo o MEC, a intenção é dar maior agilidade aos trâmites e reduzir burocracia para alunos e estabelecimentos de ensino superior. “Tudo isso para ter agilidade, é trazer esses processos para a era digital, mas com autonomia e respeito às legislações vigentes”, afirmou Cristiane Lepiane, chefe da Divisão da Coordenação-Geral de Programas Educação Superior do MEC.

Atualmente, o diploma físico demora aproximadamente 90 dias para ser emitido. Já o digital levará apenas 15 dias. A validação e a segurança passarão por um

processo de autenticação eletrônica a partir de um certificado digital, que é assegurado pelo Instituto Nacional da Tecnologia da Informação (ITI) e seguirá o padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras.

Para as universidades federais, o MEC garante uma economia em torno de R\$ 48 milhões ao ano. Segundo o ministério, o projeto piloto, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), concluiu que o diploma físico custa R\$ 390,26, quase cinco vezes mais que a versão digital, que sai por R\$ 85,15.

O secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, garantiu que quem já possui o diploma físico não precisará se desfazer dele. E quem quiser converter para o digital, também poderá. “É uma facilidade para quem já perdeu o diploma. Quem quiser (o digital), tem que ir até a universidade para fazer. Não é apenas digitalizar o processo, tem que passar por todas as etapas para validar. Antes, a pessoa tinha que pagar a segunda via e demorava muito tempo. Agora, não mais.”

MIL NO PROGRAMA

Cerca de mil militares da reserva das Forças Armadas, policiais e bombeiros da ativa vão atuar na gestão educacional das instituições de ensino no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares do MEC. Cada uma das 54 escolas vai receber R\$ 1 milhão do programa.